

ATA RESUMIDA DA 331ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO, REALIZADA EM 24/10/88

1) DATA E PRESENÇA:

Dia vinte e quatro de outubro de mil novecentos e oitenta e oito, em segunda convocação às vinte horas e trinta minutos, com cento e setenta e três Conselheiros presentes.

2) MESA DIRETORA:

Presidente : SÉRGIO VERGUEIRO

Vice-Presidente : RICARDO CARDOZO DE MELLO TUCUNDUVA

Primeiro Secretário: ROBERTO LUIZ PINTO E SILVA

Segundo Secretário: FÁBIO DELLA

3) EXPEDIENTE:

Presidente - Declarou aberta a reunião. Ingressando no Expediente, passou a palavra ao Primeiro Secretário.

Primeiro Secretário - Procedeu à leitura das seguintes comunicações da Diretoria: 1) Dando conhecimento que já se encontra em funcionamento no Clube uma ambulância equipada para serviços de primeiros socorros; 2) pedindo correções na Previsão Orçamentária/89, a ser apreciada pelo Conselho no item 2 da ordem do dia desta reunião.

Presidente - Submeteu ao Plenário proposição apresentada pelo Conselheiro Luiz Delfino de Andrade Cardia no sentido de consignar voto de louvor ao Dr. José Altino Machado, Conselheiro do Tribunal de Contas do Município e associado do Clube, pelo lançamento e edição de seu segundo livro, "A Outra Gessy". (Voto aprovado). Em seguida, comunicou a promoção de churrasco de confraternização, pela Comissão de Relações Internas do Conselho, dia 26/10, concitando o comparecimento e o prestígio do evento pelos Conselheiros.

José de Barros - Primeiramente, solicitou votos de pesar pelos seguintes falecimentos: 1) Do associado Veterano Eduardo Scripillitti, ocorrido em 02/10/88; 2) do Dr. Mário de Salles Oliveira Malta, grande colaborador do Voleibol no Brasil, acontecido dia 14/10/88. (Votos aprovados). Prosseguindo, na qualidade de Presidente, comunicou o andamento das atividades da Comissão Permanente de Veteranos, bem como que no dia seguinte à reunião, 25, seriam diplomados os novos sócios Veteranos, que ingressaram na categoria a contar de agosto/87.

José Roberto Coutinho de Arruda - Propôs voto de louvor ao Conselheiro Hugo Nivaldo Napoli pela sua premiação, no Festival Estadual de Teatro Amador realizado em Tatuí - SP, como "melhor ator coadjuvante", no qual, com um grupo de apoio do Clube representou a peça "Dom Quixote e seu Escudeiro Sancho Pança". (Voto aprovado)

Olavo D'Elia - Procedeu à leitura do pronunciamento que encaminhou por escrito no Expediente da convocação da sessão, referindo-se ao Baile de Debutantes ocorrido em setembro último no Clube, propondo voto de louvor ao Diretor de Promoções Sociais, Afonso Jorge Serzedo, extensivo às Assessoras Alice Rodrigues Barbosa e Ana Emília Margoni, pela organização e realização do evento. (Voto aprovado). Em seguida, pediu retificação de proposição de voto de louvor por ele apresentada na reunião anterior no transcorrer do item "Várias" - e não no Expediente, como deveria ter feito - ao Conselheiro Geraldo de Oliveira Couto, por ter este sido o único bolicheiro convocado para representar o Brasil no Campeonato Mundial realizado no México. (Voto aprovado).

Renato Taglianetti - Propôs a inserção de voto de pesar pelo falecimento do eng. Rubens Vianna, tragicamente assassinado em sua propriedade rural no interior de São Paulo, lembrando que o mesmo foi elemento primordial do Departamento de Estradas de Rodagens do estado. (Voto acolhido).

Ivo Kesselring Carotini - Como Presidente da Comissão de Esportes, propôs a inserção de voto de louvor aos destaques esportivos relacionados no Expediente da convocação desta reunião, retificando o Campeonato Brasileiro levantado pela tenista Nelly Mourão, de Damas e Veteranos, para Vice-Campeã Simples; bem como ao Conselheiro Helmut Peter Schutt, Campeão no 3º Campeonato Aberto de Inverno de Caxambu, em Duplas, Campeão na Copa Laerte Gonçalves, em Simples, e, ainda, no 41º Campeonato Aberto de Bauru, a qual se demitiu. (Voto aprovado).

Hélio De Maria Penteado - Na qualidade de Presidente da Comissão Especial de Redação do Regimento, comunicou a conclusão dos trabalhos relativos à análise do projeto de Regimento Interno da Diretoria, esclarecendo os motivos da demora no encerramento das respectivas atividades.

José Edmur Vianna Coutinho - Como Presidente da Comissão Especial de Ordenação da Atualização Institucional, comunicou o andamento dos trabalhos, bem como que a comissão vem se reunindo todas as terças-feiras, a partir das 20 horas, na Sala do Conselho Deliberativo (2º andar do Centro Esportivo), já tendo sido ouvidos os Presidentes das Comissões de Esportes, de Veteranos e de Sindicância. Concitou os Conselheiros a apresentarem sugestões, enfatizando a importância de contribuições nesse sentido.

4) **ORDEM DO DIA:**

Item 1 - Apreciação da ata da 330ª reunião extraordinária, realizada dia 26 de setembro de 1988.

Antonio Guerra - Solicitou fossem incluídos nos resumos das atas as manifestações encaminhadas por escrito pelos Conselheiros, inseridas nos itens Expediente e Várias das convocações, também de forma sucinta.

Presidente - Colocou em votação a ata resumida, com a retificação proposta pelo orador no sentido de que os pronunciamentos encaminhados por escrito constem também do resumo, sintetizados.

Deliberação

Aprovada a ata da 330ª reunião extraordinária, com a retificação proposta pelo Conselheiro Antonio Guerra.

Item 2 - Apreciação do processo CD-008/88, referente à Previsão Orçamentária proposta pela Diretoria para o exercício de 1989.

Hélio De Maria Penteado - Falou da grande responsabilidade do Conselheiro na apreciação da previsão orçamentária do Clube, pedindo fosse consignado em ata seu inconformismo e protesto pelo tempo exíguo e pela falta de alguns elementos para avaliação e julgamento satisfatórios da peça, citando como exemplo os formulários-programas de cada diretoria de área, a título de ilustração e que dêem conhecimento das origens dos números a serem aprovados. Argumentou que o orçamento, antes de se constituir numa peça técnica, envolve uma determinação política; o Conselho não deveria se submeter à projeções inflacionárias sem mais considerações, ainda que não houvesse uma correlação direta do cálculo do índice da inflação com o perfil das despesas do Clube, fase que considera superada a partir da obtenção pela Diretoria, do Conselho, da otenização do orçamento; agora vê a Diretoria optar pelo caminho fácil de aumento das contribuições sociais em 10% acima dos índices da inflação, ao invés de buscar maior eficiência gerencial, aprimorar controles, reduzir custos operacionais, evitar desperdícios, cercear desvios, adiar programas e projetos com o objetivo de se ajustar a uma arrecadação já otenizada, sem impor encargos adicionais ao corpo associativo. Lembrou, ainda, que a prática empresarial do país é sempre a da correção preventiva, de modo que os encargos constitucionais tão alegados onerarão a priori os preços, os custos e serão transferidos de imediato para os índices de inflação. Apresentou proposta no sentido de que no tocante ao orçamento de custeio, não fosse aprovado o adicional de 10% e que a Diretoria se obrigue, dentro do menor prazo possível, até a próxima reunião plenária, a trazer ao Conselho o orçamento de custeio revisto em números, ajustado à essa quebra de receita. Com relação ao orçamento de investimento, como questão preliminar disse que na forma como proposto colidia com o artigo 143 do Estatuto, que fala que o Fundo Especial só pode ser utilizado em planos diretores previamente aprovados pelo Conselho, e não lhe constava que o Conselho tivesse aprovado um Plano Diretor de Obras ou um Plano Diretor de Informática; se o Conselho foi induzido a erros no passado, nada justifica que permaneça nessa situação. Propôs, então, o adiamento da discussão do orçamento de investimento, a fim de que a Diretoria tenha oportunidade de elaborar os planos diretores correspondentes.

Paulo Ayres de Camargo - Disse que nos seus sete anos de Conselho nunca viu a peça orçamentária ser aprovada com alterações. Enfatizou que a posição do Conselheiro deve ser no sentido de tentar não onerar os sócios, reduzindo ao máximo os pagamentos das anuidades sem prejudicar o bom funcionamento dos serviços do Clube. Salientou que o Conselho, aprovando as peças orçamentárias sem exame e discussão detalhados defendendo

com veemência os interesses dos associados, foge da sua finalidade, agindo como simples homologador dessas propostas; a continuar assim, melhor seria que se dispensasse o Conselho da formalidade de deliberar sobre o orçamento. Observou que não constava da peça a preocupação de economizar, procedendo-se a uma melhor distribuição dos funcionários, com maior fiscalização objetivando diminuir as despesas e, por via de conseqüência, onerar menos os sócios. Concluindo, manifestou-se contrário ao aumento de 10% proposto para as contribuições sociais.

Renato Taglianetti - Ressaltou que as críticas feitas pelos Conselheiros devem ser tomadas pela Diretoria como uma cooperação para o aperfeiçoamento dos trabalhos por ela executados, pois não pairam dúvidas quanto à honestidade do órgão executivo. Esclareceu que o prazo proporcionado aos Conselheiros para a apreciação da peça orçamentária é profundamente exíguo. Finalmente, referiu-se às verbas destinadas à higienização dos diversos setores do Clube. (Neste instante, foi aparteado pelo Conselheiro Rubens Catelli que observou que a exposição do orador não se coadunava com a técnica orçamentária, mas tratava de assunto de gestão da Diretoria). Prosseguindo, associou-se à proposta apresentada pelo Conselheiro Hélio De Maria Penteado, que demonstrou a ofensa aos artigos 142 e 143 do Estatuto, dizendo que a peça deveria ser refeita e submetida novamente à apreciação do Conselho.

Presidente - Antes de dar a palavra ao orador seguinte, interviu devolvendo aos Conselheiros Hélio De Maria Penteado e Paulo Ayres de Camargo suas propostas, sob a alegação de que não estavam as mesmas devidamente fundamentadas e a fim de que os proponentes as fundamentassem para reapresentá-las à Mesa.

Anamaria Andrade Damasceno - Disse que a peça elaborada pela Diretoria é de inestimável valor e seriedade, cabendo ao Conselho estudá-la e dela divergir, se assim julgar necessário. Falou que não considerava o orçamento apresentado porque não foram discriminadas as OTN para cada item, dando-o como não recebido. Fundamentando devidamente, propôs não fossem majoradas as contribuições sociais em 10% sobre as OTN atualmente cobradas, elencando regimentalmente de onde deveriam ser retirados os 10%. (Foi aparteada pelo Conselheiro Olavo D'Elia quanto à atual situação financeira do Clube).

Hélio De Maria Penteado - Levantou questão de ordem, afirmando que a Presidência havia se calcado no artigo 51 do regimento Interno do Conselho para conferir falta de justificativa às proposições por ele apresentadas. Solicitou que suas propostas fossem lidas e submetidas ao Plenário para que este resolvesse a controvérsia sobre estarem ou não fundamentadas, no que não foi atendido pelo Presidente.

Presidente - Esclareceu o orador das três condições estabelecidas no artigo 51 do Regimento para a não aceitação de propostas. Disse que não podia submeter o Plenário ao julgamento precipitado de uma profunda alteração, que não esteja em termos. Observou que se o Conselho estabelecer mensalidades acima do poder de pagamento dos associados, ele estará destruindo o Clube. E se fixá-las abaixo das necessidades do patrimônio pinheirense,

também estará destruindo o Clube. Interpretou desta forma a questão de ordem levantada pelo Conselheiro, dizendo que devolvia as proposições para serem fundamentadas, voltando ao Plenário em termos regimentais, a fim de que as mesmas fossem consideradas como merecidas, e não visando cerceá-lo. (Houve discussão em torno do assunto entre o Presidente e o Conselheiro Hélio De Maria Penteado).

Jorge de Camargo - Reportando-se ao item em discussão, disse que a Mesa do Conselho, de comum acordo com a Diretoria proporcionou aos Conselheiros duas reuniões prévias, para esclarecimento de todas as dúvidas relativas à peça orçamentária, com a presença do Diretor de Controladoria Financeira, Sérgio Fuchs Calil, que fez exposições pormenorizadas a respeito. Assim sendo, declarou-se esclarecido para poder discutir e votar a matéria. Acompanhou o raciocínio do Conselheiro Rubens Catelli, dizendo que querer discutir ações da Diretoria com antecedência não é possível; isso deve ser feito quando da apreciação do relatório anual, na reunião ordinária do mês de março. Concluindo pela aprovação do orçamento, apresentou emenda aditiva prevendo o pagamento da contribuição social pelos Militantes, aumentando a receita sem que haja a contrapartida de aumento da despesa. Finalmente, ponderou que as despesas do Clube são muitas, sendo justo que todos os que usufruem suas dependências e não estejam expressamente isentos de contribuir, paguem mensalidade.

Presidente - Reportando-se ao parágrafo único do artigo 51 do Regimento Interno do Conselho, disse que por muitas vezes foram tomadas pelo Conselho decisões surgidas dentro dos próprios debates, sem observância do referido dispositivo regimental e tendo os Conselheiros sido forçados a decidir sem a audiência das Comissões Permanentes, isto não é permitido pelo Regimento, exatamente para salvaguardar a independência das decisões do Conselho e sua eficácia. (Houve intervenção do Conselheiro Hélio de Maria Penteado acerca da competência da Comissão Jurídica, pois ao seu ver somente a Financeira deveria ser ouvida neste assunto específico). Encaminhou o Sr. Presidente as propostas para estudo e parecer das Comissões Financeira e Jurídica. (Levantou questão de ordem o Conselheiro Jorge de Camargo, que com base nos artigos 51 e 53 do regimento disse que as emendas apresentadas eram procedentes ou não, devendo isto ser decidido na hora da votação). Em seguida, explicou o Presidente que ao contrário do que pudesse parecer, não se tratava de cercear o direito do Conselheiro de colocar emendas, mas sim que ouvindo as comissões técnicas as emendas teriam um tratamento equânime com a matéria e com a seriedade das decisões do Conselho.

Luiz Delfino de Andrade Cardia - Manifestou seu júbilo pelo comportamento dos oradores que o antecederam, apoiando inclusive, o ponto de vista do Conselheiro Hélio De Maria Penteado, que demonstrou de forma clara a impossibilidade estatutária do orçamento de investimento. Ressaltou que a tribuna é livre para a manifestação dos anseios, reclamos, críticas construtivas, reivindicações dos sócios, sempre no interesse geral e sem retaliações pessoais, bem como para denúncias de irregularidades na execução da ação da Diretoria, conservando-se a função precípua de fiscalização dos atos que contrariem eventualmente os objetivos do Clube. Endossou a proposição do Conselheiro Hélio De Maria Penteado quanto

ao aumento de 10% na OTN das contribuições sociais, bem como quanto ao adiamento da discussão do orçamento de investimento, lendo os termos da proposta supra. Foi contrário à audiência das Comissões Jurídica e Financeira, argumentando que o Plenário tem o direito legítimo de aprovar ou não a emenda substitutiva apresentada à Mesa.

Cláudio Borba Vita - Disse que não aceitava o fato de serem ouvidas as comissões, tendo em conta a soberania do Conselho; os Conselheiros reunidos podem deliberar soberanamente, inclusive a extinção do Clube, se bem entenderem, desde que isto esteja na ordem do dia. Disse, também, que a audiência das comissões técnicas ao seu ver não tem o menor sentido.

Presidente - Esclareceu que a opinião da comissão não obriga, não vincula, nem cerceia o voto dos Conselheiros, apenas orienta o Plenário.

Sérgio Lazzarini - (Para questão de ordem) Argumentou que se de um lado é razoável a interpretação da Presidência de que as comissões devessem opinar sobre as emendas apresentadas à proposta, também entendia razoável que o Conselho dispensasse os pareceres, que certamente serão suprimidos pela votação do Plenário. Propôs a votação da matéria, independentemente do parecer das comissões, após terem exaurido todas as inscrições, sob a responsabilidade do Conselho.

Antonio Guerra - Primeiramente, disse que com relação à otenização do orçamento, percebe-se na própria Nação uma série de dúvidas quanto à oportunidade ou não da otenização dos salários, impostos, etc.. Lembrou que a OTN normalmente é 5% acima do índice da inflação, então, o aumento de 10% proposto pela Diretoria lhe parecia infundado, bem como que com relação ao orçamento de investimento não existe obrigatoriedade estatutária de ser apresentado juntamente com a peça orçamentária. Disse que o Conselho precisa ter consciência que investimentos, em obras, têm que ser perfeitamente delineados e planejados. Reportou-se a outras obras anteriormente aprovadas pelo Conselho. Julgou descabível gastar-se numa época de contenção de despesas de todos os gêneros, exemplificando sua exposição.

Sérgio Lazzarini - Posicionou seu pronunciamento no sentido de tentar colaborar com as discussões e evitar que o clima passional conduzisse a uma votação irracional. Falou da obrigação do Conselho ao apreciar a peça orçamentária, aprovando-a ou rejeitando-a; ou, se não quiser ser radical ao ponto de aprová-la ou rejeitá-la, apresentar emendas. Explicando item por item seu pronunciamento, disse que o que importa com relação às proposições, segundo o Regimento Interno do Conselho é que elas estejam em termos. (Foi aparteado pelos Conselheiros Luiz Delfino de Andrade Cardia, Hélio de Maria Penteado e Anamaria Andrade Damasceno). Continuou, defendendo o ponto de vista técnico da peça, dizendo que o Conselho deve aprovar ou rejeitar inteiramente o orçamento, ou apresentar e acolher a emenda que bem entender, sob a responsabilidade do proponente, aumentando ou diminuindo receita ou despesa, mas compatibilizando a proposta, sempre estando ela em termos.

Gerson de Oliveira - Disse que àquela altura dos acontecimentos já se delineava o que o Conselho deveria julgar. Continuou, argumentando que ao seu ver tratava-se de um assunto que inclusive vem regulado no Código de Processo. Reportou-se à folha de pagamento do Clube, que não é estática, evolui mês a mês, com a URP. Tecendo longa exposição, alertou os Conselheiros que a otenização do orçamento é a defesa contra a inflação. (Sofreu aparte da Conselheira Anamaria Andrade Damasceno).

Francisco Lotufo Filho - Contestou a emenda do Conselheiro Jorge de Camargo que propunha o pagamento de contribuição social pelos militantes. Disse que ao seu ver o militante parece ser encarado no Clube como um estorvo, um elemento indisciplinado, um tipo que deve ser repellido, quando ele deve ser visto como uma necessidade, pois um dos objetivos do Pinheiros é o esporte competitivo e este não prevalecerá se não houver o militante - tanto o indivíduo quanto as entidades devem exercer alguma função social dentro da comunidade. E, prosseguiu: se o Estatuto determina que na previsão orçamentária se preverá a mensalidade para o militante e não está prevista, trata-se de decisão da Diretoria, não está-se violando as disposições estatutárias. Salientou que os problemas têm que ser examinados de forma que não seja prejudicada a ação administrativa dentro do Clube; está-se vivendo uma época difícil, quase imprevisível do que poderá vir a acontecer amanhã, motivo pelo qual deve-se agir com cuidado para que o Pinheiros possa continuar a se manter e a ter a projeção que conquistou, principalmente à custa dos êxitos esportivos de seus atletas.

Antonio César Prado Paganini - Falou de sua reflexão sobre o perfil do pinheirense: classe média, assalariado que recebe reajustes pela URP - caso até dos funcionários do Clube. Pediu esclarecimentos à Diretoria para que pudesse votar mais conscientemente, em relação a quanto foi ganho a mais com o recebimento em OTN e o pagamento da URP.

Júlio Ricardo Magalhães - Julgou inteligente a indagação do orador, mas, disse, foi esquecido o "turn over" existente no Clube, que chega a 80% e na reposição de um funcionário paga-se um salário mais alto, portanto, o ganho financeiro realmente existe se se está numa situação estática.

Ivo Kesselring Carotini - A primeira questão que levantou foi a seguinte: A OTN corrige de fato a inflação no Brasil? O acréscimo de 10% pretendido pela Diretoria não estaria aquém das necessidades? Como pequeno empresário, disse que sofria como todos na hora da renovação de estoques, porque os fornecedores aumentam os preços regularmente, com percentuais de 35, 40 e às vezes até de 50%. Portanto, bem acima da OTN, e, por conseqüência, da inflação. Disse que queria demonstrar com isto que a OTN não reajusta a inflação. Assim, os 10% acima pretendido pela Diretoria é pouco significativo, bastando-se analisar o que representa em valor absoluto esse acréscimo: na proposta apresentada pela Diretoria o sócio Individual passará a pagar, a partir de 1989, 1,92 OTN, isto em valores de hoje representaria uma mensalidade aproximada de Cz\$ 5.700,00, logo, os 10% já embutidos neste valor, significariam Cz\$ 570,00, ou seja, o preço de "4 cafezinhos".

Lembrou que a nova Constituição trouxe diversos encargos trabalhistas que refletirão no orçamento de 1989: redução de jornada, 1/3 de férias e outros, encargos estes que serão repassados ao Clube pelos fornecedores, onerando seus cofres. Assim, julgou que o sacrifício ao acréscimo de 10% pode ser suportado pelo sócio, ainda que ele seja da classe média, já tão sacrificada neste País. (Foi apartado pelos Conselheiros Luiz Delfino de Andrade Cardia, Laís Helena Pinheiro Lima e Silva e Júlio Ricardo Magalhães).

João Benedito Azevedo Marques - Conclamou a todos que votassem com a consciência, deixando de lado as paixões e emoções. Confirmou que nenhum Conselheiro se manifestou com relação à otenização, o que demonstra que a Diretoria acertou ao propô-la. Perguntou se a Diretoria, ao propor um reajuste de 10%, o fazia por sadismo ou para prejudicar o associado. Posteriormente, comentou a cautela e a fundamentação que a Diretoria sempre pautou em suas propostas e alertou que as previsões de despesas originadas pela nova Constituição é que impuseram a necessidades de um aumento proposto no orçamento, e que talvez nem estes 10% sejam suficientes; por isso, estava convencido da lisura e do acerto da proposta, acima de qualquer dúvida. Em seguida, elogiou o parecer da Comissão Financeira, que com o preparo e o conhecimento de seus membros, verificou a conveniência e a procedência da proposta, inclusive sem qualquer contestação ao acréscimo. Após as considerações, propôs a aprovação da proposta orçamentária, entretanto contestando a emenda proposta pelo Conselheiro Jorge de Camargo com relação à cobrança de contribuição social aos militantes, apresentando justificativas a respeito.

Presidente - Tendo sido a matéria exaustivamente discutida, bem como portando solicitação escrita do Conselheiro Rubens Catelli e verbal de outros Conselheiros, de esclarecimentos da Diretoria, pediu ao Dr. Fernando Silva Xavier que ocupasse regimentalmente a tribuna, ou que indicasse um diretor para representá-lo nesse sentido. (Na oportunidade, o Conselheiro Hélio de Maria Penteado levantou questão de ordem pedindo que fossem elencados os esclarecimentos solicitados, pelo que respondeu o Sr. Presidente que o que ele pretendia não se tratava de uma questão de ordem, mas sim de um esclarecimento). Passou a palavra ao Presidente da Diretoria, Dr.

Fernando Silva Xavier - Pronunciou-se mostrando a importância do orçamento como instrumento de gestão. Salientou que a peça foi elaborada com muito critério e equilíbrio, refletindo com estudos meticolosos, com dados e projeções desenvolvidos por vários meses, por diretores e funcionários preocupados em trazer ao Conselho uma previsão séria, real e transparente. renovou a necessidade do acréscimo de 10% para as contribuições sociais, para atendimento das inevitáveis elevações de custos, não só as decorrentes dos novos encargos trabalhistas, como também as das tarifas públicas e outros itens de despesa que já neste ano de 1988 vêm sendo aumentados regularmente em níveis superiores à inflação. Ressaltou que a contribuição social do Clube, ainda com o acréscimo ora proposto continuará sendo consideravelmente inferior às praticadas pelos clubes co-irmãos. Finalmente, concluiu que seria demonstrar total irresponsabilidade se houvesse proposta de manutenção das taxas vigentes, apresentando-se um orçamento deficitário. Disse, ainda, que com relação aos assuntos de natureza financeira e relativos ao patrimônio do Clube não se deve fazer política,

já que sobre eles transcendem e devem prevalecer os interesses pinheirenses. Em seguida, designou para prestar esclarecimentos, com a anuência da Presidência da Mesa, o Diretor de Controladoria Financeira, Dr.

Sérgio Fuchs Calil - Fez explanação completa sobre o orçamento, dando todas as informações necessárias, especialmente sobre os pontos polemizados durante as discussões. (No decorrer de sua explicação, foi interrompido pelo Presidente da Mesa, a fim de que este consultasse o Plenário acerca da possibilidade de prorrogação da reunião por 60 minutos, tendo em vista que já se atingia o horário regimental para encerramento dos trabalhos, ou seja, 24 horas - Acolhida a proposição do Presidente, tendo este aproveitado para informar que já tinha em mãos as manifestações das Comissões Jurídica e Financeira sobre as emendas apresentadas por Conselheiros e aceitas pela Mesa). Retornando ao uso da palavra, o Diretor Sérgio Calil prosseguiu justificando o aumento de 10% proposto, esclarecendo sobre o orçamento de investimento. Observou, também, que há previsões de receita para o orçamento de investimento, mas que não há nenhum compromisso em relação a obras; o que existem são sugestões para futuras aplicações dos recursos, que serão levadas à aprovação do Conselho, obrigatoriamente, através de propostas concretas; não há, portanto, o comprometimento de despesas com as verbas. (Nesta oportunidade, o Sr. Primeiro Secretário pediu a palavra visando obter esclarecimentos, solicitação esta deferida pelo Sr. Presidente).

Roberto Luiz Pinto e Silva - Levantou questão sobre o orçamento de investimento, dizendo que tem ouvido constantemente a afirmação que o Plano Diretor de Informática não foi aprovado pelo Conselho, porque jamais existiu. Disse que tinha em mãos a previsão orçamentária aprovada para 1988, que às fls. 36 fala em Plano Diretor de Informática já aprovado pelo Conselho Deliberativo, com as respectivas estimativas de valor, relacionando alguns equipamentos deste plano que deveriam ser adquiridos pelo Clube. Na oportunidade, houve aprovação por unanimidade. Assim sendo, pediu fosse definitivamente esclarecido o assunto, pois não podia acreditar que valores de tal monta estão sendo adquiridos e administrados pela Diretoria sem que fosse ouvido o Conselho. Disse que, como chegou a participar de prévias que demonstraram o que seria o Plano ou o projeto sobre a implantação da Informática, daí seu questionamento. (Neste momento, o Conselheiro Cláudio Borba Vita argüiu questão de ordem com base nos artigos 27 e 28 do Regimento Interno do Conselho, alegando que o Presidente já havia prestado os esclarecimentos necessários, sendo dispensável a presença de outros diretores. resolvendo a questão de ordem, o Sr. Presidente da Mesa deliberou que o Diretor de Controladoria Financeira esclarecesse a questão levantada pelo Conselheiro Roberto Luiz Pinto e Silva, respeitado o prazo regimental de dez minutos).

Sérgio Fuchs Calil - Explicou que foi apresentado ao Conselho um Plano de Informática para ser executado em três anos, 1987, 1988 e 1989. Houve, em cada um dos anos passados, a aprovação específica dos recursos, os equipamentos que precisavam ser adquiridos passaram a onerar o orçamento de investimento que era aprovado exercício por exercício. Para 1989, os equipamentos necessários, com os respectivos custos, constam do orçamento

ora em discussão, complementando um Plano que habitualmente tem sido aprovado pelo Conselho. (O Diretor foi indagado pelo Conselheiro Hélio de Maria Penteado sobre onde estava arquivado o Plano Diretor de Informática, pelo que respondeu que não tinha condições de dar detalhes, pois não tinha conhecimento do desenvolvimento do plano, mas sabia da elaboração, pelo Diretor da Área de Informática, de plano para três anos e que se fosse assim decidido pela Mesa, o próprio Diretor poderia melhor esclarecê-lo).

Presidente - Solicitou ao Sr. Presidente da Diretoria a designação do Diretor de Informática para prestação de esclarecimentos necessários. Considerando o pedido, passou a usar a tribuna o Diretor de Informática, Dr.

José Maria de Almeida Prado Netto - Admitiu que realmente houve uma falha na apresentação do orçamento para 1987, explicando que em outubro daquele ano, logo após a montagem do orçamento/88, constando que ficou explícita a plurianualidade do orçamento do Plano Diretor de Informática, mas não claramente colocado, a Diretoria fez um documento e encaminhou à Mesa do Conselho com os esclarecimentos. Publicou, em seguida, a Diretoria no jornal do Clube, explicação no sentido de que aquele orçamento era plurianual, portanto, corrigiu-se assim a falha que confessa haver ocorrido em relação ao orçamento de 1987. (Nova intervenção do Conselheiro Hélio De Maria Penteado, solicitando esclarecimentos sobre a aprovação do plano supra). esclareceu, então o Sr. Diretor que embora não tenha havido uma visão global sobre o Plano, foram aprovadas pelo Conselho as verbas de 1987, 1988 ,e neste momento, estava sendo colocada a necessidade para 1989, a ser decidida pelo Plenário.

Presidente - Considerou esclarecido o assunto, propondo-se a prestar os esclarecimentos adicionais necessários, a saber: Os equipamentos para a Área de Informática foram discriminados em número, qualidade e quantidade no orçamento de investimento aprovado pelo Conselho para 1987, que tinha em mãos. Da mesma forma, estava na proposta em pauta, às fls. 50. O que o Conselho aprovará apenas e tão somente é o seguinte: do total de 175 000 OTN previstas como eventual receita para o orçamento de investimento, que comporá o Fundo especial está aqui, dentro deste montante (175 000 OTN) apenas a proposta discriminada da quantidade de equipamentos e da sua aquisição, dentro do cronograma, num total de 10 935 OTN (fls. 50, final). Há também a verba de 7 400 OTN para os funcionários discriminados. Portanto, disse, qualquer aprovação acima dessas 18 335 OTN, que representam 11% dos recursos previstos para 1989, terão obrigatoriamente que ser submetidas à aprovação do Conselho. Esta é a proposta encaminhada pela Diretoria. (Neste momento, argüiu questão de ordem o Conselheiro Reinaldo Pinheiro Lima, que achava que a Comissão de Esportes deveria ser ouvida sobre a emenda do Conselheiro Jorge de Camargo relativa ao pagamento de contribuição social pelos militantes. O Sr. Presidente esclareceu que a matéria em discussão era de natureza orçamentária, de competência das comissões específicas, que obrigatoriamente devem ser ouvidas). Em seguida, passou a palavra ao Presidente da Comissão Financeira, Dr.

Eduardo Lobo Fonseca - Leu parecer proferido sobre as emendas e ratificou toda a argumentação apensada ao parecer quando da apresentação da proposta orçamentária. Comentou cada uma das emendas, dando ênfase à apresentada pela Conselheira Anamaria Andrade Damasceno em cada uma de suas proposições de corte de despesa para compensar os 10% não cobrados dos associados. Após as observações que julgou necessárias, afirmou que a proposta, por apresentar plenos fundamentos estava em condições de ser votada. Na qualidade de ex-Diretor financeiro, como Conselheiro, propôs a aprovação da previsão. (Foi aparteado pela Conselheira Laís Helena Pinheiro Lima e Silva).

Presidente - Pediu ao Sr. Primeiro Secretário que procedesse à leitura do parecer exarado pela Comissão Jurídica sobre as emendas apresentadas, o que foi feito em seguida. Prosseguindo, calçou-se o Sr. Presidente no disposto no artigo 104 do Estatuto, que prevê a oitiva obrigatória e antecipada das Comissões Permanentes sobre assuntos das respectivas competências e que portanto, após os pareceres das Comissões Financeira e Jurídica sobre as emendas houve esclarecimentos para que a proposta orçamentária pudesse ser votada.

Mário Lima Cardoso - Com as devidas justificativas, propôs que a votação fosse nominal, requerendo ao Presidente que submetesse sua proposta ao plenário, referendada pelos Conselheiros Hélio De Maria Penteado e Luiz Delfino de Andrade Cardia.

Presidente - Submeteu a proposta à votação, tendo a mesma sido rejeitada por expressiva maioria. (O Conselheiro proponente requereu revisão da contagem de votos, pelo que foi convidado pelo Sr. Presidente para que se dirigisse à mesa a fim de poder constatar em melhor ângulo. Colocou a proposta novamente em votação, indagando ao Conselheiro Mário Lima Cardoso, em seguida, se lhe restava alguma dúvida, tendo este respondido que visualmente não). Prosseguindo, confirmou a rejeição da proposta de encaminhamento de votação, passando à votação. Inicialmente, submeteu ao Plenário a proposta da Conselheira Anamaria Andrade Damasceno, unificada com as propostas dos Conselheiros Paulo Ayres de Camargo e Hélio de Maria Penteado, sendo que a deste último, embora não fundamentada fora agregada àquela por se tratar do mesmo teor. Em seguida, passou à leitura da proposta da Conselheira Anamaria Andrade Damasceno. (Neste instante, levantou questão de ordem o Conselheiro Antonio César Prado Paganini que na verdade não era uma questão de ordem, do que foi esclarecido o Conselheiro. Também solicitou esclarecimento, no momento seguinte, o Conselheiro Pedro Antonio Lousan Badra sobre se poderia votar tendo chegado às 22h30m e não assinado a lista de presença. O Sr. Presidente explicou que o Conselheiro poderia fazer parte da discussão, mas sem direito a voto. Colocada em votação a emenda da Conselheira Anamaria Andrade Damasceno, secundada pelas emendas dos Conselheiros Paulo Ayres de Camargo e Hélio De Maria Penteado, que previa a supressão do acréscimo de 10% às mensalidades sociais, foi rejeitada por expressiva maioria. Em seguida, colocada a emenda aditiva do Conselheiro Jorge de Camargo, que previa o pagamento de mensalidade por parte dos militares, esta foi rejeitada também por expressiva maioria. Finalmente, o Presidente submeteu ao Plenário a Proposta Orçamentária para 1989.

Hélio De Maria Penteado - Disse que encaminhou proposta à Mesa sobre a não votação do orçamento de investimento que foi considerada fundamentada pelo Sr. Secretário. E, como ela modificava a proposta principal, solicitou que fosse levada à votação.

Presidente - Afirmou que, com todo o respeito que o Conselheiro lhe merece, sua proposta não tinha condições regimentais para ser apresentada, por não estar fundamentada. (Neste momento, o Conselheiro Hélio De Maria Penteado insistiu que o Sr. Secretário admitiu que a proposta estava fundamentada. O Sr. Presidente, respondendo, disse ao Conselheiro Hélio Penteado que quem admite ou rejeita proposta, conforme o artigo 51 do regimento Interno do Conselho, é o seu Presidente, e como tal assumiria a responsabilidade de não aceitá-la. Em seguida, passou a detalhar pontos da proposta orçamentária, especificamente chamando a atenção para a votação do orçamento de investimento, onde o Conselho, se assim o decidisse, estaria aprovando somente a aplicação de 7 400 OTN para alocação de profissionais, num total de oito funcionários entre técnicos, engenheiros, inspetor e outros relacionados às pág. 50 da proposta. E, quanto à Informática, o que seria levado à aprovação eram os equipamentos discriminados ao final das fls. 50, com as respectivas quantidades e valores, num total de 10 935 OTN, frisando que qualquer alocação diversa destas deverá ser submetida ao Conselho. Encaminhou o orçamento para 1989 à votação, conforme proposto pela Diretoria.

Deliberação

Por maioria de votos, aprovada a Previsão Orçamentária proposta pela Diretoria para o exercício de 1989, tendo vários Conselheiros solicitado fossem consignados seus votos em ata, bem como colocada à disposição dos mesmos o auxílio da secretaria para que esses votos fossem regimentalmente arquivados junto aos documentos da reunião. As declarações de voto supra constam ao final desta ata.

Item 3 - Várias

Renato Taglianetti - Requereu a prorrogação da sessão por mais sessenta minutos, para que fosse dada continuidade à reunião tomando-se as inscrições em "Várias".

Deliberação

O Plenário rejeitou a proposta do Conselheiro Renato Taglianetti, de prorrogação da reunião por sessenta minutos.

Presidente - Deu por encerrados os trabalhos da reunião a uma hora do dia vinte e cinco de outubro de mil novecentos e oitenta e oito.

RESUMO DOS PRONUNCIAMENTOS APRESENTADOS POR ESCRITO POR CONSELHEIROS, INSERIDOS NO ITEM "VÁRIAS" DESTA REUNIÃO:

Paulo Ayres de Camargo (carta de 05/10/88) - Referiu-se à necessidade de que os problemas tratados pelo Conselho tenham clareza, com indicações corretas e concisas quando fundamentados com dispositivos estatutários e regimentais. Dirigiu-se à três propostas de transferência para a categoria de Atletas Beneméritos aprovadas pelo Conselho na 329ª reunião, que ao seu ver não tenderam rigorosamente ao disposto no artigo 6º, inciso VI do Estatuto. Também se reportou ao processo de eliminação de associado deliberado pelo Conselho naquela mesma reunião, por proposta da Diretoria, que se baseou no inciso III do mesmo artigo, e não a proposta. Dirigindo-se ao parecer da Comissão Jurídica, quando tratou do processo, disse que as comissões permanentes devem ser simples, concisas e objetivas, cingindo-se tão somente ao solicitado, resolvido o problema, daí sim.

Roberto Luiz Pinto e Silva
Primeiro Secretário
Conselho Deliberativo

Sérgio Vergueiro
Presidente
Conselho Deliberativo

mlf